



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

NOVAS CIDADES AFRICANAS E AGENTES GLOBAIS: URBANISMO NEOLIBERAL E NEOCOLONIAL EM ÁFRICA.

TIAGO SOUZA BASTOS¹

Resumo: O presente artigo visa analisar o recente fenômeno que é comumente nomeado como “novas cidades africanas”. Dentro deste fenômeno urbano analisamos cinco casos: *Eko Atlantic City* (Nigéria), *Tatu City* (Quênia), *Konza Technology city* (Quênia), *Le cité du Fleuve* (Congo) e *Kigamboni City* (Tanzânia). Pretende-se demonstrar que os processos de produção destas novas cidades são, em geral, alinhados com as perspectivas do urbanismo neoliberal e processos neocoloniais. Analisaremos os casos frente a seu papel como fonte de acumulação de capital de diversos agentes internacionais. Estes agentes acumuladores são, em sua ampla maioria dos casos analisados, estrangeiros não locados no continente, assim como o são os técnicos que planejam e desenham estas novas cidades. Realizaremos um mapeamento dos agentes internacionais implicados na produção destas novas cidades, no qual identificamos, nomeamos e rastreamos a origem geográfica de grandes agentes capitalistas partícipes nestas produções de espaço urbano. Pretendemos, com estes estudos de caso, demonstrar que as novas cidades africanas são de fato um processo global, no qual grandes grupos internacionais acumulam capital através de operações que aprofundam a desigualdade sócio espacial-racial nos casos estudados.

Palavras-chave: Novas cidades africanas, urbanismo neoliberal, neocolonialismo, agentes de produção do espaço.

Introdução

Buscamos neste artigo abordar o fenômeno recente, comumente nomeado como “Novas Cidades Africanas”. Estas cidades se apresentam, em geral, como “*smart cities*” e “*ecocities*”. Segundo Van Noorloos e Kloestboer (2017), em um estudo de cooperação de pesquisas entre universidades da Holanda e Etiópia, são caracterizadas como “novas cidades africanas” mais de setenta casos no continente. Estes processos estão em diferentes estágios, desde ideias nasciturnas no papel até edificações e infra estruturas consolidadas em ocupação recente.

Nossas análises se centram em cinco novas cidades africanas localizadas em diversas regiões do continente, os estudos de caso contidos neste artigo são: *Eko Atlantic City* (Nigéria), *Tatu City* (Quênia), *Konza Technology city* (Quênia), *Le cité du Fleuve* (Congo) e *Kigamboni City* (Tanzânia). As razões deste recorte foram a disponibilidade de dados que obtivemos com pesquisas realizadas na disciplina: Cidades Africanas, Arquitetura e

¹Tiago Souza Bastos é mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (PPGAU UFF), professor de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e doutorando no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU UFBA). Contato: tiago.bastos@unila.edu.br.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Urbanismo contemporâneo em África, do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. A partir deste recorte realizamos um apanhado mínimo de casos que permitissem algumas considerações comparativas, cientes de que estas análises possuem um limite e estão inseridas em um processo mais amplo.

Metodologicamente efetuamos um breve resgate teórico sobre urbanismo neoliberal e processos neocoloniais, afim de dar suporte às análises dos estudos de caso. Buscamos então investigar, descortinar e organizar esta constelação de agentes envolvidos nas cinco novas cidades africanas analisadas. Investigamos, a partir deste mapeamento, as origens locacionais destes sujeitos, seus interesses no continente em outros processos similares, a composição étnico racial dos autores dos projetos e, por vezes, os impactos que estes negócios de reestruturação territorial desencadearam nas localidades envolvidas. A partir de nossas análises pretendemos desvelar um pouco sobre como as novas cidades africanas servem de fonte de acumulação de capital para diversos agentes internacionais, ao passo que, segundo os dados e relatos levantados, aprofundam a segregação racial e social nestas áreas.

Em termos de negócios urbanos vemos alguns fatores corroborarem com o encadeamentos de novos processos: Há uma ascensão de uma classe média e alta urbana africana e o recente papel do continente frente à expansão dos setores de telecomunicações, informática, e outros. Como consequência, observamos a mobilização de potências estrangeiras ávidas para dividir o bolo dos dividendos e lucros oriundos deste advento. Tais processos neoliberais e neocoloniais estariam conectados a um fenômeno maior, que alguns autores já chamam de: “A nova partilha da África”. (MEREDITH, 2017).

Agentes Globais. Neoliberalismo e Neocolonialismo no Planejamento Urbano

Ao mencionarmos o termo “agentes” quando nos referimos aos atores públicos ou privados que constituem-se como sujeitos no planejamento das cidades, algumas considerações teóricas iniciais devem ser postas: Partimos do pressuposto que a cidade



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

é uma arena de conflitos, suporte material em que agentes com interesses divergentes disputam afim de alcançarem seus objetivos. (SANTOS JR., 2011). Estes objetivos são diversos, tais como “tocar a vida”, comprar uma casa, ampliar-se de direitos, ações de interesse público ou, o mais presente e definidor em nossa estruturação social: A acumulação de capital.

Harvey (1980) nomeia estes sujeitos como “atores principais no mercado de moradia”. São elencados: Usuários de Moradia; Corretores de imóveis; Proprietários; Incorporadores; Instituições financeiras e Instituições governamentais. Na obra de Corrêa (1993) a denominação utilizada é “agentes modeladores do espaço”. O autor lista cinco deles: Proprietários dos meios de produção; Proprietários Fundiários; Promotores imobiliários; o Estado e os Grupos Sociais Excluídos. Lobato Correa (op. cit.) traz essa leitura de agentes para o contexto do capitalismo periférico e, diferentemente de Harvey, frisa a importância dos que estão à margem do mercado para a modelação do espaço urbano. Correa não elenca, no entanto, o papel das instituições financeiras de crédito. Importante dizer que ao descrevermos os agentes e suas distintas fontes de acumulação observamos que há um fenômeno recente de fusão desses agentes capitalistas, que não são mais tão facilmente divididos em categorias distintas frente às últimas estratégias de acumulação do setor (BOTELHO, 2005).

Os autores partem de uma perspectiva da cidade como um espaço de disputas entre diferentes grupos, com níveis distintos de poder e influência nas decisões, que vão muito além da simples visão de uma administração pública que coordena a expansão e remodelação urbana através do planejamento. Esta visão de cidade como suporte para acumulação de capital de determinados grupos, que entram em choque com outros setores que visam sua reprodução social neste espaço, é fulcral para a discussão e o entendimento da produção do espaço urbano na sociedade capitalista. Para além dos agentes enumerados por Harvey e Correa (op.cit.) incluímos em nossas análises os escritórios de arquitetura e urbanismo e (ou) agências de planejamento urbano. Este setor técnico se faz importante devido a seu papel na concepção de todo o modelo espacial dos projetos além de que, devido à escala das intervenções, este é um agente que também obtém lucros consideráveis nos processos descritos.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Urbanismo Neoliberal

As novas cidades africanas seguem um receituário que vai de encontro com recomendações internacionais existentes desde o consenso de Washington em 1988, presente na agenda urbana mundial notadamente após o caso de reestruturação da cidade de Barcelona nos jogos olímpicos de 1992.

Desde a década de 1980 diversas cidades dos países centrais do capitalismo realizaram uma transição para um modelo de planejamento mais aberto geograficamente, e mais amigável às demandas locacionais das empresas multinacionais. A essas práticas de planejamento Harvey as nomeou como “empresariamento urbano”, o princípio de aproximar o planejamento e gestão das cidades com os modelos de gestão de empresas privadas. (HARVEY, 1989).

Vainer (2011) aponta para a difusão deste modelo de gestão urbana, optando pelo termo “planejamento estratégico”, termo esse também amplamente difundido acerca do urbanismo neoliberal que aborda o planejamento urbano com problemáticas concernentes à gestão empresarial de entes privados. O autor aponta ainda como a valorização da experiência de Barcelona, e de seu o modelo de intervenção, se tornou receituário propagado por organismos como o Banco Mundial, ONU Habitat e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (VAINER 2011) para todo o mundo. Alguns princípios do modelo são: Competitividade interurbana, *marketing* urbano, vantagens locacionais para atrair empresas, ações de reestruturação executadas via parcerias público privadas (PPPs), injeção de recursos em obras de trechos da cidade visando dinamizar a economia local em algumas regiões valorizadas. Estas ações se explicam com os princípios do modelo: Uma vez que a cidade é pensada como uma empresa, ela deve priorizar seus componentes mais lucrativos. Uma vez que a cidade é uma mercadoria, ela deve ser vendida para o mais alto padrão de consumo em um mercado global competitivo em que outras cidades também estão à venda (VAINER, 2011).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Outro aspecto deste modelo de planejamento urbano neoliberal são os megaprojetos. Mediante a competitividade interurbana das cidades globais as administrações tentam mobilizar os cidadãos em torno de grandes projetos que trarão o “desenvolvimento econômico” que a cidade precisa em processos que, por muitas vezes, dada sua suposta urgência, passa por cima de questões fundamentais e democráticas. (VAINER 2011) Essa noção de emergência é acompanhada, frequentemente, com violações de direitos humanos, como no caso de massivas remoções sem diálogos com as populações atingidas. Van Noorloos e Kloestboer (2017) afirmam que esta premissa é uma realidade muito usual na África em experiências recentes por conta destas novas cidades africanas.

Neocolonialismo nas novas cidades africanas

Após a independência dos países africanos, segundo Nkrumah (1972, apud MACEDO, 2014), a rede de dependência financeira e diplomática destes países com suas antigas metrópoles criou “Estados-clientes”, que são independentes no plano político, mas que devido às condições das potências coloniais, sobretudo devido ao poder econômico, não o são de fato. Ao invés da extrema violência da dominação colonial, essa dominação se transveste de solicitude, mercado e apoio internacional. A estas formas mais sutis de dominação o autor chama de uma das faces do neocolonialismo. (NKRUMAH, 1972 apud MACEDO, 2014).

Embora diversos países africanos tenham produzido e exportado inúmeras riquezas como matérias primas minerais, insumos agrícolas, e, recentemente, o crescente consumo do mercado de telefonia móvel e tecnologia, boa parte da população do continente não partilhou das riquezas e benesses do chamado desenvolvimento econômico. O continente permanece com índices baixíssimos de emprego estável, expectativa de vida e segurança alimentar. Gerou-se enorme lucro, mas boa parte destas cifras foram para outras partes do globo, ainda que uma pequena elite local que intermediou estas relações, entre grandes empresários e operadores do Estado, tenham enriquecido enormemente (MEREDITH, 2017).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Sabemos, no entanto, que estas relações assimétricas de dominação, poder e dinheiro não se explicam tão e somente através de questões geopolíticas e de classe. Achille Mbembe (2014) é assertivo ao afirmar que a “fonte batismal” da modernidade foi o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e a separação dos seres humanos em “raças”, dados visuais que hierarquizam indivíduos e, por conseguinte, algumas localidades do planeta no sistema mundo e nas relações de poder, em um sistema de opressão e dominação global. A modernidade do capitalismo avançado foi fundada sobre o paradigma de raça e permanece, sobre tal, assentada.

No caso das novas cidades africanas analisadas, salvaguardando importantes questões relativas à linguagem arquitetônica e suas relações com o histórico do país que precisam ser ponderadas, os técnicos que planejam e desenham estas cidades são, quase em sua totalidade, não negros ou africanos. Para além deste dado vemos que tais processos ocorrem sem diálogo com a população local, com o paradigma já ultrapassado do desenho urbano modernista totalizante capitaneado, quase que exclusivamente, por arquitetos e planejadores.

Observamos ainda traços fortes do neocolonialismo nestes projetos na imposição civilizatória da modernidade em espaços tradicionais. Podemos citar como um exemplo o caso de Kigamboni City, na Tanzânia. O projeto conta com uma remoção de 97.000 pessoas que possuem um estilo de vida semi tradicional, entre o rural e o urbano, e que serão, a princípio, realocados para apartamentos no modelo ocidental para dar lugar ao “desenvolvimento”, leia-se: Substituição de classes e raças no espaço, voltado às elites do país, corroborando para o apagamento de modos de morar e epistemologias próprias de ocupação do espaço.

Agentes globais de acumulação do capital nas novas cidades

Desenvolvemos nas seções anteriores o embasamento teórico no qual se assentam nossas análises de estudos de caso. A seguir apresentamos os agentes internacionais, suas trajetórias, relações e papéis no desenvolvimento de cinco novas cidades africanas.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

As análises e descrições possibilitarão ainda que se identifiquem facilmente diversas características da agenda neoliberal e neocolonial supracitada.

Em Lagos, capital econômica da Nigéria, 140 milhões de toneladas de areia bombearam incessantemente a parte sul da região de Lekki para criar uma nova península, estrategicamente posicionada para conter as enchentes que assolam a grande metrópole africana. O aterro servirá de uma importante proteção para garantir que a exportação de petróleo flua melhor do Rio Níger para o atlântico, modernizando as condições dos portos de Lagos. Este é o terreno de construção da Eko Atlantic City, pensada para ser um *hub* de ciência e tecnologia, sobretudo no âmbito das comunicações e informática, no emergente país que concentra uma população de 190 milhões em seu território, e é um dos potenciais mercados consumidores em expansão da África. Eko Atlantic é um arranjo complexo de agentes capitaneado pelo *Chagoury group*, conglomerado empresarial nigeriano com sede em Lagos, com parcerias importantes como a entidade norte americana *Clinton foundation*, do ex-presidente Bill Clinton. Chagoury é um império financeiro atuante em diversos ramos relacionados à construção, incorporação e venda imobiliária (além de outros setores) Seus principais acionistas e fundadores são dois irmãos de origem libanesa. (BASTOS; FERREIRA; GOMES; MOURA; OLIVEIRA, 2019).

Eko Atlantic visa transformar Lagos em uma cidade global para a realização de negócios e investimentos. Além da modernização dos portos, a cidade irá trazer um novo padrão de infra estrutura para moradias e setores hoteleiros de alto padrão, conferências de negócios, etc. na metrópole de Lagos. A exportação de petróleo é vital para a economia nigeriana e o primeiro prédio que está sendo construído na Eko Atlantic é a sede de uma companhia de refinaria de petróleo e gás britânica. (BASTOS; FERREIRA; GOMES; MOURA; OLIVEIRA, 2019).

Escritórios de arquitetura e urbanismo mundiais se engajaram no projeto. Destacam-se dois escritórios oriundos da Índia e Líbano/ Emirados Árabes. Respectivamente: AR+H Architects e MZ Architects (BASTOS; FERREIRA; GOMES; MOURA; OLIVEIRA, 2019).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

No Quênia nossas investigações se debruçam sobre dois processos de escalas e agentes principais bem diferentes: Konza Technology city e Tatu City. Konza Technopolis foi inicialmente formulada no ano de 2008, durante o mandato do ex-presidente Kibaki. Konza está há 60 km de Nairóbi, em meio à savana do país, na estrada para Mombaça. O projeto inicial previa 1,5 trilhão de Xelins (cerca de 14 bi US\$). Destes, 10% seria providos pelo poder público e o restante financiado através de PPPs. Os trabalhos começaram efetivamente no ano de 2013, último ano de mandato de Kibaki, quando o primeiro recurso público foi empregado na construção. Durante este atraso os investidores, que seriam responsáveis por 90% do financiamento da obra, se mostraram duvidosos. Hoje em dia é abertamente dito que a cidade competidora Kigali, em Ruanda, custa sete vezes menos e é um investimento mais seguro (ONDIEKI, 2018).

O governo nacional criou o órgão KoTDA (Konza Technopolis Development Authority) para gerenciar o projeto com maior autonomia. A fórmula de destacar do grande corpo administrativo do poder público agências próprias para o desenvolvimento dos projetos das novas cidades é uma fórmula que foi bastante utilizada em nossos casos de estudo.

O escritório Shop Architects, sediado em Nova York com atuação internacional em diversas partes do mundo, foi convidado para projetar o masterplan de Konza Technology City. Após uma análise de fotos da composição racial do escritório citado vemos que os profissionais que desenharam o que seria “a nova face do futuro do Quênia” claramente não incluem uma face negra e africana. A quase totalidade do escritório, com dezenas de profissionais, é composta por pessoas brancas.

No ano de 2017, o governo nacional contratou por 40 bilhões de Xelins (US\$ 400 milhões) a companhia italiana ICM para executar serviços de infraestrutura na cidade, a saber: 40 km de estradas, além de parques, jardins, sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A firma é muito ativa no oriente médio. A imprensa local reagiu com certa surpresa pontuando que a escolha foi incomum, devida à origem europeia da empresa, dada a aproximação atual do governo com o capital chinês (MALINDIKENYA, 2017).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Para a construção das edificações o governo apostava em PPPs com investidores nacionais e internacionais. Em 2013 companhias como Google, Huawei, Toyota, Shapoorji Pallonji (grupo da Índia), e Telex Technology Corporation (grupo de Taiwan) demonstraram interesse e comprometimento com o projeto. Após anos de espera, e do desempenho mais pujante de outras *smart cities* de pólo tecnológico competidoras no continente, os investidores retiraram sua atenção ao projeto e se moveram para cenários considerados mais promissores. Atualmente, conforme propagandeado pelo governo recentemente, há somente uma parceria com uma universidade sul-coreana que firmou um compromisso de instalação no local (BASTOS; FERREIRA; GOMES; MOURA; OLIVEIRA, 2019).

Percebemos com o caso de Konza como o paradigma atual da competitividade urbana neoliberal pode ser vantajosa às empresas, que dispõe de ampla gama de opções com novas *smart cities* voltadas à produção tecnológica no continente, dispendo de vantagens locacionais que vão desde o provimento de infra estrutura própria para este tipo de atividades até vantagens tarifárias e flexibilidades diversas. Quando uma nova cidade não demonstra gerenciamento compatível com a lógica empresarial, outras novas cidades empresas/mercadorias estão prontas para receber estas multinacionais.

Outro caso queniano de destaque é a nova cidade de Tatu City, uma experiência de escala menor, em local que já possuía estava próximo de infra estrutura urbana por ser locada às franjas da capital Nairóbi. Tatu city foi concebida a partir da iniciativa privada e não do poder público, como foi o caso de Konza. A história do empreendimento migrou, recentemente, das páginas de negócios para as páginas policiais dos jornais em um noticiado caso no país: três acionistas minoritários quenianos procuraram o multimilionário Jennings com uma proposta de investimento para uma gleba de terra próxima à capital. A terra, antiga fazenda de café, pertencia no momento ao grupo belga de borracha e café: Socfinaf. O grupo internacional Rendeavour, de Jennings, segundo a lei, não poderia adquirir terras de agricultura no país. Assim entraram os acionistas quenianos com suas empresas e capital emprestado de Jennings (BUSINESSDAILYAFRICA, 2018; OWAAHH, 2017; OLOO, 2019).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

O acionista internacional acusou os acionistas minoritários de uma série de ilegalidades quanto à operação de compra e administração da terra. Os acionistas quenianos, por sua vez, acusaram os investidores em temas como evasão de impostos, corrupção, e suborno do ministro de terras a fim de beneficiar os estrangeiros. Tais escândalos prejudicaram a imagem do projeto e as vendas no empreendimento, mas não pararam o processo. Ao fim os acionistas quenianos foram presos e o único a liderar o empreendimento é o gigante conglomerado empresarial *Rendeavour* (BUSINESSDAILYAFRICA, 2018; OWAAHH, 2017; OLOO, 2019).

Rendeavour é uma companhia de capital imobiliário que compreende em sua atuação serviços de arquitetura, engenharia, planejamento urbano, construção, administração de imóveis e todas as especialidades da incorporação imobiliária (*marketing*, venda, etc.). A empresa é o braço imobiliário da *Renaissance Capital*, banco de investimentos baseado na Rússia. A empresa é propriedade de dois acionistas majoritários, um neozelandês e um russo. A companhia tem uma equipe local somente voltada à Tatu City com arquitetos e engenheiros quenianos, alguns formados na universidade de Nairóbi. A equipe local, no entanto, é coordenada por um britânico (BASTOS; FERREIRA; GOMES; MOURA; OLIVEIRA, 2019). *Rendeavour* é um dos grandes atores do mercado imobiliário e das novas cidades africanas e empreende, no momento, seis projetos no continente além de Tatu City: *Appolonia City* (Gana), *King City* (Gana), *Lekki* (Nigeria), *Jigna* (Nigeria), *Roma Park* (Zambia) e *Kiswishi* (RDC) (VAN NOORLOOS; KLOOSTERBOER, 2018).

O grupo *Rendeavour* contratou o escritório internacional de arquitetura SOM para realizar o projeto. Fundado nos anos de 1930 em Chicago, EUA. O escritório ampliou seu alcance mundialmente ao longo do século XX e XXI tendo desenvolvido projetos na África, Índia, China, América Latina, Sudeste asiático e Oriente Médio. Entre suas mais famosas obras podemos destacar o edifício *Burj Al Khalifa* em Dubai. A firma foi contratada pela *Rendeavour* para realizar o *masterplan* de Tatu City, assim como também são os autores de *Jigna*, *Lekki* e *Appolonia City*. Segundo a empresa, para o projeto de Tatu City foi realizada uma cooperação com a Universidade de Nairóbi em uma atividade de três



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

semanas e isso, aparentemente, foi a única atividade dialógica com a localidade para definição do projeto. (SOM, s/data)

Em uma análise a partir das fotografias dos quarenta e três integrantes do escritório podemos perceber que não há um arquiteto/ arquiteta negra. O escritório menciona que ofereceu duas bolsas de estágio para estudantes de Nairóbi atuarem no projeto de Tatu City. A SOM possui escritórios nos EUA, Extremo Oriente, Europa e Oriente Médio. A página do empreendimento traz elementos em que se pode assumir que *Tatu City* foi desenvolvido, principalmente, no escritório de Londres.

Na República Democrática do Congo (RDC) nos debruçamos com o processo de *Le Cité du Fleuve* (A Cidade do Rio). Trata-se de um empreendimento de médio e alto padrão de 400 hectares voltado principalmente para o setor imobiliário. Locado às margens do Rio Congo, um dos principais rios de navegação fluvial de toda África e um importante eixo de transporte de matérias primas para exportação, na área urbana da capital Kinshasa. A ilha de prosperidade está conectada à cidade de Kinshasa através de três pontes, gerando um enclave fechado de qualidade de serviços, *shoppings*, marina, infraestrutura e segurança fortemente apartado da cidade.

Kinshasa é a maior cidade francófona do mundo, já superando Paris em população, com uma estimativa aproximada de quase doze milhões de habitantes. Destes, cerca de oito milhões vivem abaixo da linha de pobreza. Previsões indicam que no ano de 2030 a cidade possivelmente abrigará trinta milhões de habitantes, superando Lagos como a maior cidade na África subsaariana. Em meio a este rápido crescimento urbano 75% das habitações na capital congolense se localizam em assentamentos informais com diversos problemas de ausência de infra estrutura. Cerca de 6,4% da população vive em bairros planejados com bons serviços urbanos. (AMÂNCIO, BARBOSA e BRITTO, 2019). Neste cenário de profunda crise urbana temos dois grandes projetos ocorrendo na cidade: Um é a *Cité du Fleuve*, um projeto de luxo com um valor estimado em um bilhão de dólares (LUBABU, 2010) por parte da iniciativa privada, contando com incentivos governamentais, voltados aos mais abastados da cidade que aprofunda a segregação sócio espacial e racial da capital congolense. Outro é a reformulação do plano diretor da



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

cidade de Kinshasa realizada pelo Suburna, agência semi-estatal de planejamento de Cingapura. A agência possui planos urbanos em nove capitais africanas e é considerada um dos agentes dominantes em ascensão no urbanismo africano. A Surbana foi criada a partir do órgão de gerenciamento de planejamento do Conselho de Habitação e Desenvolvimento de Cingapura. O governo nacional controla 60% da Surbana por meio de uma Holding. Ho Ching, CEO da Temasek, é cônjuge de Lee Hsien Loong, atual primeiro-ministro de Singapura (AMÂNCIO, BARBOSA e BRITTO, 2019). A partir das origens estatais da agência, e a soberania de controle de ações do governo sobre a agência, consideramos o caso do plano diretor da capital como uma parceria interestatal entre os dois países.

O empreendimento *Le Cité du Fleuve* foi concebido e vem sendo liderado pelo franco-indiano Robert Choudhury. O financiamento provém do fundo de investimento britânico *Mukwa Investment*. A empresa foi criada no ano de 2005 e possui como um de seus focos a África subsaariana, tem como perfil de clientes indivíduos de alta renda e instituições dos EUA e Reino Unido. A argumentação do projeto é construída em torno dos "fracassos urbanos de Kinshasa" e se vende como a possibilidade de superação dos diversos problemas da cidade (AMÂNCIO, BARBOSA e BRITTO, 2019). Quando interpelado o porquê do investimento em Kinshasa, Choudhury é categórico ao responder que a capital está às vésperas de um boom econômico e prevê que até 2025 será a maior cidade da África Subsaariana. Choudhury frisa ainda a influência da RDC nos países vizinhos, possivelmente se referenciando ao comércio fluvial no rio Congo, um dos maiores da África (LUBABU, 2010).

O projeto foi desenvolvido em Dubai, nos Emirados Árabes e conta com engenheiros baseados na Zâmbia e uma empresa de arquitetura localizada no Zimbábue (LUBABU, 2010).

O problema de litígios da terra e processos fundiários é apontado como uma complicação no país, devido à estas questões foi justificado que o ambicioso projeto tenha sido assentado sobre o que antes era um pântano, criando-se o enorme aterro, ao invés de se utilizar de terra plana fora das margens do rio. Apesar de o empreendimento ter propagado a ideia que visava não entrar em disputas de posses de terra afim de não



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

atrasar o projeto, há registros na mídia internacional de que um número não identificado de residentes da favela de Kingabwa foram forçosamente despejados para dar lugar à Cidade do Rio. À BBC um morador relatou que: "Para estender a estrada, eles destruíram nossas casas sem compensação prévia. Eles vieram com forças de segurança, então não tivemos escolha". "No final, os promotores da Cidade do Rio nos deram a quantia que haviam decidido" (FESSY, 2011, tradução nossa). Em resposta à essas declarações Robert Choudhury, que em momento algum tentou esconder suas amizades nos postos elevados do país, respondeu que sempre pagou aos residentes da favela mais do que era necessário. Ao citar que abordou esta questão nos altos círculos, ainda declarou à BBC que "- Quando perguntei às pessoas no governo, elas disseram: 'Por que você as paga? Apenas as persiga". Os residentes disseram que não houve qualquer possibilidade de negociação ou abertura de diálogo nas remoções (FESSY, op.cit. tradução nossa).

O mega projeto pode parecer ambicioso a priori, com suas extensões semelhantes aos mega aterros de Dubai e a promessa de milhares de apartamentos, escritórios, marinas e *shoppings* de luxo. Há um dado não computado até o momento, no entanto, que facilita o empreendimento para os agentes acumuladores de capital: As baixíssimas taxas de remuneração e condições de trabalho no Congo. O cenário descrito no canteiro de obras em reportagens investigativas é de congolenses, muitas vezes descalços e sem qualquer equipamento de proteção, andando com pilhas de tijolos em um canteiro cheio de pregos e outros perigos à saúde laboral. O pagamento é realizado de forma diária, com turnos diurnos e noturnos. Um trabalhador congolês entrevistado declarou que ganha US\$ 4,50 por doze horas de trabalho, mas gasta US\$ 1 em transporte e outro em comida por dia por sua própria conta. (FESSY, op.cit.).

Ainda acerca dos problemas de conflitos fundiários das novas cidades africanas, analisaremos um caso emblemático: Kingamboni City na Tanzânia. Idealizada pelo presidente Jakaya Kikwete no ano de 2008 o projeto se focou no incremento de renda no país com o setor turístico, carro chefe da economia tanzaniana. Localizada próxima à capital Dar Es Salaam e na costa do oceano Índico o mega projeto contou com uma nova agência governamental, a *Kigamboni Development Agency* (KDA), criada no ano de 2013 com a finalidade de Dirimir processos burocráticos para investidores em



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

potencial. O poder de decisão relativo ao projeto foi transferido para esta nova agência governamental deslocada do corpo administrativo central do governo (AMÂNCIO, BARBOSA e BRITTO, 2019). Tal processo de flexibilização e novas agências semi autônomas também pode ser visto no processo de Konza, no Quênia.

A delegação de quem desenharia o *materplan* de Kingamboni foi decidida através de uma competição entre agências de planejamento em nível internacional de atuação, cuja vencedora da disputa foi a empresa sul coreana *Korea Land and Housing Corporation*, consorciada a outras três empresas: *Heerim Architects & Planners* (Coreana); *Archplan Internacional* (Tanzânia) e *Landscape Specialist Company* (Tanzania) (AMÂNCIO, BARBOSA e BRITTO, 2019)

O desenho do grande projeto urbano, com a separação de funções e áreas monofuncionais típicas do planejamento urbano modernista, exige o reassentamento de 97.000 residentes de suas casas. Este conflito da proposta de remoção em massa é o conflito fulcral em torno de *Kigamboni City*. Nas 270 páginas do extenso relatório elaborado para o projeto, somente duas se destinam aos “desafios do reassentamento”. Claramente o diálogo com a realidade local, ou o respeito ao pré existente, não foram prioridades no consórcio do projeto. O gerente do consórcio já se expressou claramente a respeito de sua opinião acerca dos modos de morar presentes na ocupação atual: “- Você não pode fazer isso! Você não pode manter gado na cidade! Você não pode manter a pobreza na cidade. Se você quer fazer isso, então tem que ser em áreas específicas onde a agricultura urbana pode ser feita.” – Disse o gerente acerca das ruralidades que interpenetram a área semi urbana. (LIDELL et. Al., 2019) Ainda acerca da desconsideração das redes sociais e modos de vida existentes, O diretor da KDA afirmou que “as pessoas preferem ficar em suas 'casas de baixo custo' por causa de falta de educação; as pessoas não "sabem melhor".” (LIDELL et. Al., 2019 p.25. Tradução nossa).

Hoje os habitantes da Kigamboni atual vivem próximo à costa. Seu lotes são também parte de sua fonte de renda, com a criação de gado ou pequena agricultura. Estes residentes, segundo o projeto, serão realocados em apartamentos distantes da zona turística e da costa, nas franjas da nova Kigamboni city. A compensação para o tipo de



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

apartamento varia de acordo com as condições da residência e muitos moradores temes que com os valores expostos tenham que complementar com algum empréstimo o valor dos apartamentos. Já foi exposto pelo governo que somente os que “ocuparam legalmente” receberam compensações, o restante não receberá nada durante as remoções. Van Noorloos e Kloesterboer (2017) afirmam que em diversas regiões da África a jurisdição sobre a terra convive com um sistema misto herdado da colonização, no qual coexistem uma série de direitos informais baseados em complexos sistemas de vizinhanças e governanças locais fora dos centros urbanos, enquanto que nas áreas urbanas e mais ocidentalizadas há maior demarcação e formalização da posse da terra nas instituições do estado de direito (estabelecido para proteger os interesses da elite colonial). Este arranjo misto e complexo permite que a especulação imobiliária opere em transações obscuras que, por conseguinte, apresenta resultados frequentemente muito danosos para os mais pobres (VAN NOORLOOS, KLOOSTERBOER, 2017).

Além disso, os modos de vida e especificidades da localidade não foram considerados, Existe uma queixa dos moradores que certas práticas cotidianas ficarão impossibilitadas: Existe o hábito de cozinhar fora de casa e de se realizar diversas atividades domésticas no espaço exterior das habitações. Este traço cultural local é desconsiderado no projeto de torres de apartamentos. (LINDELL et. Al. op.cit.)

Se não bastasse toda a proposta, postura e discurso civilizatório que solapa os modos de vida locais por modelos brancocêntricos e urbanocêntricos, há ainda queixas quanto à transparência e o acesso à informação. Os principais documentos relativos ao projeto estão disponíveis somente em inglês, enquanto que a maioria da população local fala o Swaíli. Os moradores também alegam que não foram consultados durante a elaboração do projeto e que as compensações não são suficientes. (LINDELL et. Al. op. cit.) Claramente a complexidade social desta região semi-rural não coube no desenho padronizado e ocidentalizante na prancheta dos urbanistas coreanos.

Percebemos como não é simples investigar a origem e posição no planeta dos agentes envolvidos. Para finalidades de organização dos dados no mapeamento dos agentes elaboramos a tabela abaixo. Apesar dos grupos empresarias serem internacionais,



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
 RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

priorizamos na informação da origem dos agentes o país aonde está sediado a empresa e não a nacionalidade dos titulares ou personagens mais proeminentes do agente estudado.

País	Cidade	Agentes privados da produção do espaço por nacionalidade				
		Proprietários fundiários	Escritórios de arquitetura, urbanismo e planejamento	Incorporadoras e (ou) construtoras	Instituições financeiras	Grupos privados envolvidos ou clientes
Nigéria	Ekó Atlantic City	Estado (aterro)	Índia/ Líbano e Emirados Árabes	Nigéria	EUA/ Nigéria	Reino Unido
Quênia	Tatu City	Bélgica	EUA	Rússia/ Reino Unido (com equipe local)	Rússia/ Reino Unido	Rússia/ Reino Unido
	Konza Technology city	sem informação	EUA	Itália	s/ informações	Coreia do Sul / Quênia
Tanzânia	Kigamboni City	97.000 pequenos proprietários	Coreia do Sul	s/ informações	s/ informações	
Congo	Le cité du Fleuve	Estado (aterro)	Emirados Árabes/ Zimbábue / Zâmbia	s/ informações	Reino Unido	

Conclusões

Buscamos com este artigo demonstrar como os processos que estão ocorrendo nas novas cidades africanas não são somente processos locais, mas que envolvem agentes de diversas partes do mundo. O que está sendo posto em marcha com estes mega projetos são novas fronteiras de acumulação e investimento em um processo global de expropriação, desterro e, por vezes, espoliação.

É certo que há toda uma gama de aspectos interessantes relativos às novas cidades africanas que não foram exploradas em nossas análises: Tais como a concepção de uma nova imagem do “renascimento africano”, com a tentativa dos estado nação de se distanciar da imagem de miséria e guerras das décadas passadas e se projetar como a capacidade de um povo criativo que se reinventa na contemporaneidade, e que não abandona uma série de referenciais imagéticos e simbólicos de suas origens. Para além do inicial entusiasmo que estas imagens evocam, percebemos, por detrás da primeira camada de exaltações que há um profundo processo de exclusão, violação de direitos fundamentais. Estas novas localidades urbanas não são voltadas à mitigar os dilemas das cidades africanas que continuam fustigando os mais pobres.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

As benesses oriundas destes processos não são desenhadas para serem divididas, nem em seu processo de construção, nem em sua posterior ocupação. Nem mesmo as autorias dos projetos foram delegadas à expertise africana, que a partir de tal produção poderia se desenvolver, e o modelo de intervenção permanece atrelado às epistemologias coloniais metropolitanas: O desenho modernista totalizante, monopólio de saberes técnicos, sem diálogos significativos com a população local.

Observamos, diante do exposto, claros processos de exclusão e segregação sendo desenhados nestas localidades, além da desconsideração e apagamento de modos de viver próprios ao território. Assim, nos recordamos de uma ilustração trazida por Franz Fanon (1968), com a qual encerramos nossas reflexões:

“A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde caixotes do lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas (...). A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz.” (FANON, 1968, p.28 e 29)

Referências Bibliográficas:

AMÂNCIO, Árley; BARBOSA, Matheus; BRITTO, Marcos. Novas Cidades da Tanzânia Salvador, 2019. Seminário temático para a disciplina Cidades Africanas: Arquitetura e Urbanismo contemporâneo em África. Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/ UFBA).

AMÂNCIO, Árley; BARBOSA, Matheus; BRITTO, Marcos. Novas Cidades: República Democrática do Congo. Salvador, 2019. Seminário temático para a disciplina Cidades Africanas: Arquitetura e Urbanismo contemporâneo em África. Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/ UFBA).

BASTOS, Tiago. Autogestão e a Luta pela Desmercantilização da Moradia: Uma experiência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019

BASTOS, Tiago; FERREIRA, Apoena; GOMES, Gisa M.; MOURA, Gabriela; OLIVEIRA, Bárbara. Cidades Globais Africanas: Lagos e Eko Atlantic City: Nigéria. Salvador, 2019. Seminário temático para a disciplina Cidades Africanas: Arquitetura e Urbanismo contemporâneo em África. Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/ UFBA).

BASTOS, Tiago; FERREIRA, Apoena; GOMES, Gisa M.; MOURA, Gabriela; OLIVEIRA, Bárbara. Cidades Globais Africanas do Quênia. Salvador, 2019. Seminário temático para a disciplina Cidades Africanas: Arquitetura e Urbanismo contemporâneo em África. Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/ UFBA).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

BUSINESS DAILY AFRICA. Land officials entangled in Tatu City fraud claims 2018. 23 Maio 2018. Disponível em: <https://www.businessdailyafrica.com/economy/Land-officials-entangled-in-Tatu-City-fraud-claims/3946234-4575810-hra7u/index.html>. Acessado em: 07 Set. 2018.

BOTELHO, Adriano. A Renda Fundiária Urbana: Uma categoria de análise ainda válida. São Paulo: 2005

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1993

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. Pele Negra Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA – CEAO, 2008.

FESSY, Thomas. Congo River luxury condos cause Kinshasa controversy. BBC News. 20 Ago. 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-14595625>. Acessado em: 08 Set. 2019.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec. 1980

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.

LINDELL, Ilda; NORSTRÖM, Jennifer; BYERLEY, Andrew. New City Visions and the Politics of Redevelopment in Dar Es Salaam. --- ver como citar tudo. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1070397/FULLTEXT01.pdf>. Acessado em: 10 set. 2019.

LUBABU, M.k.tshitenge. Une cité ambitieuse sur le Congo. 03 Maio 2010. Disponível em: <https://www.jeuneafrique.com/197271/archives-thematique/une-cit-ambitieuse-sur-l>. Acesso em: 09 set. 2019.

MACÊDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MALINDIKENYA, An italian firm will build Kenya technologic hub. 05 Jul. 2017. Disponível em: <http://www.malindikenya.net/en/articles/news/last-news/an-italian-firm-will-build-kenya-technologic-hub.html>. Acessado em 07 set. 2019

MBEMBE, Achille. Crítica a Razão Negra: Ensaio sobre o racismo Contemporâneo. Lisboa: Antígona, 2014.

MEREDITH, Martin. O Destino da África: Cinco Mil Anos de Riqueza, Ganâncias e Desafios. São Paulo: Zahar, 2017.

OLOO, Agnes. Win for Tatu City as Court orders arrest of Kenyan partners. 10 Maio 2019. Disponível em: <https://citizentv.co.ke/news/win-for-tatu-city-as-court-orders-arrest-of-kenyan-partners-244928/>. Acesso em 08 set. 2019



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

ONDIEKI, Elvis. Why Kenya's Konza technocity failed to take off. Daily Nation, 11 Dez. 2018. Disponível em: <https://www.nation.co.ke/business/Why-Kenya-Konza-technocity-is-dead-in-the-water/996-4890120-qxopp7z/index.html>. Acesso em 12 set. 2019

OWAAHH. The War for Tatu City: How Kenya's most ambitious real estate project descended into a war of reputations. Owaahh, 14 out. 2016. Disponível em: <https://owaahh.com/war-tatu-city/>. Acesso em 07 set. 2019.

SANTOS JR., Orlando. A produção capitalista do Espaço, os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. in: CHRISTOVÃO, A. C.; NOVAES, P.; SANTOS JR., O.; org. Políticas Públicas e Direito à Cidade: Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011

VAN NOORLOOS, Femke; KLOOSTERBOER, Marjan. Africa's new cities: The contested future of urbanisation. Urban Studies, Utrecht, v. 57, n. 6, p.1223-1241, jun. 2017.